5. Conclusão

O tema central da tese em tela é a questão das leis acerca do Incesto no livro do Levítico. Trata-se de uma análise da Lei de Santidade (especialmente de Lv 18* & Lv 20*) em comparação à análise dos §§ 154-158 do ‘Código’ de Hammurabi, cuja temática é muito semelhante.

A primeira questão surgida da análise comparativa é a respeito do silêncio sobre o incesto com a(s) filha(s) no Antigo Testamento, já que em CH a lei proíbe tal relacionamento e prescreve sanções para os infratores.

Dos temas abordados no primeiro capítulo, as conclusões úteis à compreensão do todo podem ser sintetizadas da seguinte maneira:

1) há coleções jurídicas, dentre as quais, o ‘código’ de Hammurabi, que devem ser designadas como *inscrições reais* cuja finalidade é louvar a atividade do rei; há, também, coleções que devem ser consideradas *Rechtsbücher*, ou seja, coleções de normas formuladas em estilo casuístico, oriundas de decisões tomadas por juízes a partir do direito consuetudinário vigente. Em qualquer um dos casos, porém, a coleção jurídica nunca serve como ‘código’ de leis – no sentido hodierno do termo – sobre o que um juiz julga e sentencia. Ou funcionam como propaganda real, ou como coleções do direito em vigor, mas nunca como base para novas decisões.

2) não obstante a não utilização das coleções jurídicas como base para decisões judiciais, a importância atribuída ao direito e ao estabelecimento da justiça foi uma das principais características da civilização mesopotâmica. A organização do sistema judiciário, bem como o elenco dos inúmeros procedimentos judiciais revelados pela pesquisa especializada demonstram o lugar

central do direito e da justiça na sociedade mesopotâmica do segundo milênio pré-cristão.

3) no que diz respeito à posição das mulheres na estrutura familiar babilônica, a análise da composição dos dotes e dos instrumentos anti-dispersivos de patrimônio familiar revela, de alguma forma, o lugar reservado à mulher nessa sociedade: os bens a ela associados deixam transparecer uma participação, prioritariamente, em atividades relativas ao lar. Esse caráter essencialmente doméstico e alheio aos meios de produção também é evidenciado com o papel secundário reservado a elas durante as partilhas dos bens, ficando os imóveis produtivos nas mãos dos membros masculinos. Deve-se ter claro, assim, que esse sistema de transmissão que não excluía a mulher totalmente do processo estava, também, longe de promover a igualdade entre os sexos. Foi, isso sim, um importante mecanismo de proteção dos patrimônios familiares frente à dispersão que poderia ser alcançada caso a mulher, em seu caráter transitório, fosse simplesmente ligada às terras produtivas. Se, por um lado, as mulheres transitam da família do pai para a do marido e, com isso, levam parte do patrimônio de sua família de origem, o ‘patrimônio’ incluso no dote não compromete as posses da família de origem e colaboram com a família que a receberá como novo membro e como uma nova despesa de alimentação, por exemplo. Tem-se claro, com isso, o papel secundário da mulher na estrutura familiar babilônica, como pertence do homem, especialmente, do pai e, mais tarde, do marido. As leis sobre o incesto devem ser lidas nesse contexto, tendo em vista tal organização familiar.

4) os parágrafos estudados sobre o tema do incesto em CH têm um aspecto fortemente voltado para a manutenção do poder do pai na qualidade de ‘chefe’ familiar. Estão em tela, apenas, a filha, a mãe/madrasta e a noiva/esposa do filho. O núcleo familiar é mais restrito do que o percebido no livro do Levítico e está diretamente ligado ao poder do pai. De modo especial deve-se atentar para CH 154 que condena ao banimento o homem que conheceu sexualmente sua filha, mas não condena a filha, porque, presumidamente, foi violada. O banimento retrata a evolução das concepções jurídicas em matéria de incesto paterno. CH representa uma etapa intermediária entre a tolerância legislativa observada, por exemplo, na Bíblia, e a execração deste delito, que se manifestará ulteriormente na Antiguidade Clássica e, depois, na Idade Média.

Dos assuntos trabalhados no segundo capítulo, as conclusões úteis à compreensão do todo podem ser sintetizadas da mesma maneira que a estrutura básica de apresentação dos temas nas duas grandes sub-unidades do capítulo, ou seja, 1) a Lei de Santidade (H) no processo de formação do Pentateuco e 2) a Família Israelita e as leis de Lv 18 e 20. Em cada uma das sub-unidades, dois temas centrais foram norteadores. Na primeira parte: 1.1) o processo de formação do Pentateuco na comunidade pós-exílica e 1.2) o papel da Lei de Santidade em tal processo de (re)organização da nação judaíta. Na segunda parte: 2.1) as principais características da família israelita e 2.2) a análise específica dos textos de Lv 18 e Lv 20.

1.1) as teses acerca do processo de composição do Pentateuco são resumidas em três dados básicos: a) o Pentateuco é obra pós-exílica, da época persa; b) é obra compósita, sem no entanto a existência de uma “fonte” pré-exílica em sua constituição; e c) embora sem a existência de uma tal “fonte” pré-exílica, o Pentateuco conta com pequenas histórias e ciclos narrativos antigos em seu bojo.

No pós-exílio, o retorno ocorreu em meio a profundas crises, sobretudo entre a *gôlá* e os remanescentes. Era indispensável que a comunidade reencontrasse suas raízes no passado.

Nessa empreitada, três “edifícios” legislativos distintos são identificáveis: o “Código da Aliança” (que supõe uma sociedade menos complexa, cujos dilemas são dirimidos em nível local, da pequena cidade, sob a autoridade dos chefes familiares), que precede o “Código Deuteronomico” (em que se nota a centralização do culto, seguida pela centralização da máquina burocrática do Estado, sobretudo a Justiça) que, por seu turno, precede a “Lei de Santidade” [Lv 17-26] (que – diante do fato de que Israel não existe mais perante os demais povos – insiste na idéia de um povo “santo”, separado das demais nações. A Lei e o Templo passarão a identificar uma nação destruída. É como se, perante a inexistência jurídica e política, Israel tentasse se reerguer fundado em suas tradições religiosas mais sólidas).

Em paralelo a esses três “blocos” legislativos razoavelmente bem identificados, há ainda três “teologias” responsáveis na tarefa de reconstrução da nação: as teologias deuteronomica e sacerdotal e a teologia da Lei de Santidade.

A Lei de Santidade empreende correções no relato sacerdotal e propõe uma síntese parcial entre a teologia deuteronomica e a teologia sacerdotal, como uma tentativa de contemporização. Nessa tentativa, três aspectos são relevantes nessa tarefa contemporizadora: a) a aliança é, de novo, bilateral e condicionada, como no Deuteronomio (Lv 26,3-4.14-16), mas permanece sempre válida a aliança ou a promessa unilateral com os Patriarcas, como em P (Lv 26,41-42.44); b) a santidade é obrigatória para todo o povo (Lv 11,44-45); Israel é santo por causa da experiência do êxodo e continuará assim se observar às leis de pureza e cumprir fielmente os atos cultuais (Lv 22,31-33); e c) a liturgia da expiação (Lv 16) auxilia a reconciliação entre o povo e YHWH e ajuda a superar as crises de sua história causadas por sua infidelidade.

Em suma: essas três teologias, aliadas aos três códigos legislativos, constituem a estrutura essencial do Pentateuco. Cronologicamente, seguindo Ska: Código da Aliança (pré-exílio); Código Deuteronomico (fim da monarquia); teologia deuteronomica (fim da monarquia e exílio); relato sacerdotal (primeira geração de repatriados); Lei de Santidade e teologia pós-sacerdotal e pós-deuteronomista (segundo templo).⁴⁵⁵ A origem do Pentateuco, segundo essa tese, está relacionada a três elementos principais: as necessidades internas da comunidade pós-exílica; a história fundadora do Israel pós-exílico; e um documento de compromisso contemporizador e plural.

1.2) a Lei de Santidade (Lv 17-26) é obra de teologia sacerdotal, mas constitui uma grandeza autônoma no âmbito da literatura sacerdotal. Sobre tal autonomia, pode-se elencar as numerosas diferenças lingüísticas e teológicas em relação a P^G e a macro-estrutura análoga ao Código da Aliança e ao corpo deuteronomico de leis. Do que se conclui que H é um corpo de leis semelhante ao Deuteronomio e que complementa as lacunas deste, pois aos seus redatores muitas das suas prescrições pareceram incompletas, ultrapassadas, radicais demais ou com base teológica insuficiente.⁴⁵⁶

2.1) a família israelita tem na “casa paterna” o local em que o indivíduo israelita sentia maior senso de inclusão, identidade, proteção e responsabilidade. É o *locus* essencial de segurança pessoal na relação nacional da aliança com

⁴⁵⁵ SKA, J. L. *Introdução à leitura do Pentateuco*. p. 206.

⁴⁵⁶ CHOLEWINSKI, A., *op. cit.*, pp. 338-339.

YHWH. É uma família estendida, compreendendo todos os descendentes de um único ascendente vivo (o chefe) de uma mesma linhagem, excluindo apenas as filhas casadas (que entravam na casa do marido junto com suas famílias). A “casa” era patrilinear e patrilocal. O crescimento se dava por nascimentos, aquisição de esposas para os filhos, adoções, atração de trabalhadores e artesãos residentes e pela compra de escravos. Do ponto de vista econômico, era a unidade básica do sistema de posse de terras de Israel, cada uma com sua própria herança de terra, o que a tornava economicamente auto-suficiente. Do ponto de vista jurídico, a “casa” era responsável pela jurisdição doméstica (interna) e, externamente, a administração pública da justiça.

Embora seja exagerado considerar a família como a fonte da qual se originaram as tradições legais características de Israel, não há como negar a influência da estrutura tribal e patriarcal do Israel primitivo na forma e no desenvolvimento da lei e o papel da casa paterna na sua preservação.

2.2) a temática básica de Lv 18 é a proibição da prática de relações sexuais consideradas ilícitas, sobretudo o incesto. Há dois grupos de proibições, cada um com dois subgrupos, como segue: a) proibição contra o incesto (vv. 6-18): de primeiro grau (vv. 6-10) e de segundo grau (vv. 11-15); e b) proibições contra certas práticas sexuais (inclusive o incesto) e de sacrifício a Molek (vv.19-23): no casamento (vv. 16-19) e fora do seio familiar (vv. 20-23). Essas leis são direcionadas ao cabeça do grupo familiar, o que revela ser unidade social básica pensada no texto a ‘casa paterna’.

Lv 20 está estruturado de forma concêntrica, sendo os vv. 9-21, cuja temática é o conjunto de penalidades para as violações, o centro de tal plano. A ordem das proibições em Lv 20 difere claramente da ordem do capítulo 18, pois seu princípio de organização também é diferente. O capítulo 20 é organizado de acordo com as penas, baseado na gravidade do crime: *morte* [três casos de adultério, vv. 10-12; sodomia, v. 13; união de um homem com uma mulher e sua mãe, v. 14; união com animais, vv. 15-16]; *exílio* [meia-irmã, v. 17; mulher menstruada, v. 18; tia, v. 19?]; *impossibilidade de ter filhos* [esposa de tio paterno, v. 20; cunhada, v. 21].

Lv 20 não parece ser continuidade de Lv 18, porque: a) muitas proibições contidas no capítulo 18 estão ausentes no capítulo 20; b) para algumas leis que

tratam de casos semelhantes são usadas palavras diferentes; c) as formas das proibições são diferentes: no capítulo 18, é uma segunda pessoa apodítica; no capítulo 20, é uma terceira pessoa casuística; d) apesar de o capítulo 20 (assim como o capítulo 18) se referir à casa do pai, ele é provavelmente direcionado à comunidade, que tem a responsabilidade de executar os castigos; e) Lv 20 se refere a capítulos anteriores⁴⁵⁷, o que levanta a possibilidade de que o autor do capítulo 20 tenha se utilizado dos textos anteriores, incluindo o capítulo 18, sob uma nova perspectiva; f) as penalidades são diferentes: no capítulo 18, os infiéis são punidos com a “extirpação”, mas no capítulo 20, as punições são graduadas: a extirpação por Deus (vv. 17-18) é precedida pela execução sumária por autoridades judiciais (vv. 9-16) e seguido pela punição menos severa de não poder ter filhos (vv. 20-21). Ao que pareceu, o redator H usou o tema do sexo e das violações a Molek para criar uma estrutura introvertida entre o capítulo 18 e o 20. Como possuía duas listas independentes e ligeiramente variantes, estruturou-as quiasticamente com exortações, mas com palavras e termos distintos; e então projetou Lv 19 como o suporte para toda a Torah. Parece que H – no trabalho final de composição do Pentateuco – centralizou Lv 19 e sua temática como cerne do projeto de contemporização e armou Lv 18 e Lv 20 como pontos de virada para o restante da obra, já que suas abordagens sobre o tema da sexualidade interferiam diretamente no projeto de reconstrução da nação.

O terceiro capítulo teve por objetivo empreender uma análise comparativa entre CH §§ 154-158 e Lv 18* & Lv 20*, revelando suas proximidades e rupturas. Além disso, o capítulo abordou a questão sobre o silêncio a respeito da(s) filha(s) no Antigo Testamento, apresentando diversas tentativas de explicação coletadas na bibliografia especializada, além de uma proposta alternativa à questão. A parte final do capítulo ocupou-se em discorrer sobre o papel “normativo” de Lv 18 e Lv 20.

Dos temas abordados, as conclusões úteis à compreensão do todo no terceiro capítulo podem ser sintetizadas da seguinte maneira:

1) A análise comparativa revelou três proibições em Hammurabi: a) incesto com a própria filha (CH § 154); b) incesto do pai com noiva do filho (CH §§ 155-156); e c) relação incestuosa do filho com sua mãe e com uma concubina

⁴⁵⁷ Por exemplo: 20,6,27 ao 19,26; 20,9 ao 19,2; 20,25 ao cap. 11 etc.

do pai (CH §§ 157-158). Em contrapartida, em Levítico 18 há uma proibição geral (18,6) seguida de uma série de parentes com quem as relações sexuais estão proibidas. Não há menção específica de proibição para com as filhas! Em Levítico 20, a estrutura do texto obedece a uma ordem diversa da de Lv 18, com destaque para as penas (que inexistem em Lv 18) decorrentes dos crimes, mas também silencia com relação às filhas. A questão que emerge é: porque o legislador bíblico silencia a respeito do incesto entre pai e filha(s)?

2) Como tentativa de elucidação, a segunda parte do terceiro capítulo elencou três formas distintas de resposta à questão: a) umas de natureza literária; b) outras de natureza sócio-religiosa ou teológicas (ambas com objeções cabíveis); e c) uma proposta alternativa levantada como hipótese de trabalho defendida.

a) No caso das primeiras, destaque deve ser dado a tese de Jacob Milgrom, para quem a chave para compreensão está no verso inicial das proibições incestuosas (18,6): “nenhum homem se chegará a qualquer parenta de sua carne”. Em Lv 21,2, tem-se a lista dos “parentes de carne”: mãe, pai, filho, filha, irmão e irmã virgem (não-casada). Então, mãe, irmã e filha, como parentas mais chegadas, estão automaticamente proibidas em Lv 18,6; o propósito da lista de Lv 18 é indicar quem *mais* está proibido por extensão. Outro destaque pode ser dado à tese de autores⁴⁵⁸ que vêem na ausência da filha razões sócio-econômicas: a lei é oriunda de um tempo pré-bíblico, em que uma tal prática seria permitida, ou, ao menos, tolerada. Apenas as mulheres listadas no texto seriam proibidas aos homens.

A essa proposta, a pergunta que surge como objeção é se não seria mais apropriado tratar das relações mais próximas, em lugar das mais distantes. O que faz mais sentido é que “todo parente” inclua todos os familiares, desde os mais próximos aos mais distantes, mas *não* numa lista em que parece proibir até o *levirato*. Além disso, do ponto de vista redacional, surge a questão se 18,6 inicia a sessão 6-23 ou se funciona como uma peça de articulação redacional entre o prólogo (1-5[6]) e o centro do texto, onde estão as proibições propriamente ditas. Como parece ser isso o mais provável, torna-se claro que a lista de proibições não conta com a presença das filhas.

⁴⁵⁸ Cf. HARTLEY, J. E., *op. cit.*, p. 287; WEGNER, J. R., *op. cit.*, p. 41.

b) No caso das teses de caráter sócio-cultural e teológico, destaque deve ser observado para as propostas de C. Carmichael e T. Meacham, além da de J. R. Ziskind.

Calum Carmichael afirma que as leis do Pentateuco não nascem dos problemas da sociedade, são simplesmente criações literárias, produto das reflexões do legislador sobre as tradições narrativas do passado distante de Israel, sem qualquer realização institucional.⁴⁵⁹ O autor enxerga uma ligação direta entre a conduta sexual dos patriarcas e as leis de incesto de Levítico 18 e 20. Segundo sua visão, o motivo dessa ligação é o fato de os sacerdotes legisladores discordarem de algumas tradições que perdoavam relações incestuosas. Conseqüentemente, as leis bíblicas teriam sido feitas em cima de questões folclóricas nacionais.⁴⁶⁰ Para o autor, as leis de Lv 18 e Lv 20 são formulações literárias cujo objetivo é condenar a prática sexual dos ancestrais do povo de Israel. Para Tirzah Meacham⁴⁶¹, Lv 18 e 20 constituem uma apologia aos patriarcas que precederam a promulgação desses capítulos no monte Sinai e à polêmica contra a Casa de Davi por transgredi-los. Lv 18 e Lv 20 refletem, de um lado, uma apologia contra as ações dos Patriarcas; de outro, expressam uma polêmica sacerdotal contra a Casa de Davi. O mais óbvio caso de incesto é omitido porque não figurava nos relatos sobre a Casa de Davi e o objetivo de H seria buscar controle sobre o povo e sobre a linhagem davídica.⁴⁶²

A essas duas teses coube uma objeção relacionada à natureza própria dos textos legislativos do Antigo Oriente Próximo. Em lugar de descobrir a origem da lei na literatura histórica de Israel, deve-se olhar para os problemas sociais contemporâneos que confrontam o legislador.

Segundo a tese de R. Ziskind⁴⁶³, a omissão da(s) filha(s) é intencional. A formulação de uma lei que prescrevesse, por exemplo, “a nudez de sua filha, não descobrirás” soaria como uma afronta à autoridade paterna. Tal proibição poderia ser entendida como um meio legal de desacreditar a autoridade do pai dentro da

⁴⁵⁹ Cf. CARMICHAEL, C., *Law, Legend, and Incest in the Bible: Leviticus 18-20*, 1997; Cf.

CARMICHAEL, C., *The Spirit of Biblical Law*, 1996.

⁴⁶⁰ CARMICHAEL, C., *The Spirit of Biblical Law*. p. 66.

⁴⁶¹ MEACHAM, T., *op. cit.*, pp. 254-259.

⁴⁶² Cf. MEACHAM, T., *op. cit.*, p. 259.

⁴⁶³ Cf. ZISKIND, J. R., *op. cit.*, pp. 125-130.

família. Por isso, o legislador omitiu a proibição, no intuito que sua reforma da legislação sobre questões matrimoniais não caísse em descrédito.

Em objeção a tal proposta, é preciso reconhecer que os mesmos textos (Lv 18 e 20) proíbem o sacrifício de crianças ou sua consagração a Molek, enquanto omitem o interdito de sexo com a(s) filha(s). Se a primeira proibição não é uma violação da papel de *pater familias*, por que a segunda seria? Além disso, a relação incestuosa violaria – mais do que a própria filha – as vantagens econômicas do pai.

c) Como alternativa ao apresentado, a Tese propõe uma resposta à questão sobre o silêncio acerca da(s) filha(s).

Em primeiro lugar, há a questão da posição econômico-jurídica do pai na casa: a filha pertence a ele. Uma lei que tocasse nesse assunto estaria penetrando a esfera de inferência exclusiva do pai. O que não significa dizer que há a permissão expressa na Lei para esse tipo de relacionamento. O que há, simplesmente, é a ausência de proibição.

Além disso, partindo-se do princípio que o Pentateuco tem sua composição final no início do século IV a.C. na forma de um programa de contemporização das muitas facções político-religiosas do Israel pós-exílico é provável que a condenação às relações incestuosas sirva, por um lado, para precaver exageros endogâmicos e, por outro, para deixar entreaberta a possibilidade de relação com a filha, numa extrema situação de falta de opção. Para se evitar casamentos com estrangeiras, estava omitida a proibição de relações com as filhas para deixar sob a decisão do homem a perpetuação de sua família.

A filha é, em última análise, propriedade do pai e este é quem deve arbitrar sobre seu destino. Além disso, na eventualidade de contaminação com estrangeiras, será a filha a responsável pela manutenção da pureza da semente do pai.

3. A última parte do terceiro capítulo destacou o alcance social das leis bíblicas e, de forma mais detida, o papel normativo dos textos de Lv 18* e 20*. Dito de outra forma, naquilo em que se concentraram os esforços desta pesquisa, quais são as origens das leis bíblicas? Será que são simplesmente passadas de geração em geração, ou também possuem fontes externas? Ou ainda, há

possibilidade de estabelecer elos de ligação entre a Lei bíblica e o Direito cuneiforme?

Até razoavelmente pouco tempo atrás, uma discussão detalhada sobre este assunto era praticamente impossível. Durante quase 2000 anos, o estudo e a interpretação das leis bíblicas estiveram limitadas a um contexto judaico-cristão. Não poderia mesmo haver indagações sobre suas raízes. Para muitos, tais questões não fariam o menor sentido: a Bíblia e suas leis eram reveladas divinamente, e simplesmente não se procurava pela *fonte* de revelações. Mais significativa ainda, por não depender de credo ou dogma, era um outro fator: não havia acesso às raízes da Bíblia ou das leis contidas nela. Essas raízes estavam escondidas sob ruínas no Oriente – na Mesopotâmia, Síria, Anatólia, regiões estas que passaram por um longo processo de transformação histórica que lhes fizeram sucumbir num estado de esquecimento quase total.

Devido a estas circunstâncias, não é uma surpresa que a Bíblia tenha sido a principal fonte de informação sobre o pouco que era conhecido acerca das leis do Antigo Oriente Próximo, e também seu único descendente literário conhecido; e, de fato, é um descendente tão isolado, que, nas palavras de Reuven Yaron:

qualquer relação com outras fontes do Antigo Oriente Próximo, ou o que dirá alguma dependência em relação a ela, seria muito difícil de ser acessada.⁴⁶⁴

Quase inevitavelmente, a Bíblia fora considerada exclusivamente judaica; aos olhos dos religiosos era uma inspiração divina; aos olhos dos incrédulos era uma autêntica expressão do espírito do povo judeu.

Com o reaparecimento do Antigo Oriente Próximo escavado de suas ruínas, começou uma onda sempre crescente de descobertas. Para o estudo da lei, o evento mais importante foi a descoberta – em 1902, durante escavações em Susa – das leis de Hammurabi, e sua publicação quase imediata. Outras coleções de leis se seguiram, e junto com elas, também documentos legais pessoais, em grande quantidade e variedade.

Com isso, quase de repente, as leis bíblicas foram aliviadas de seu isolamento, tendo algumas de suas raízes e relacionamentos sido expostos: não era

⁴⁶⁴ YARON, R., *The Evolution of Biblical Law*, p. 77.

difícil notar as muitas similaridades de estrutura, modos de formulação e, ocasionalmente, até o próprio estilo.

Embora as coleções de leis que vieram à tona até agora são todas de países relativamente distantes, de várias partes da Mesopotâmia, tais descobertas apontaram para um novo momento do estudo acadêmico bíblico. Sobre esse ponto, Yaron declara:

De repente, tornou-se necessário reexaminar nossos pontos de vista sobre a Bíblia (em geral) e sobre as leis bíblicas (em particular). O que, até o começo do século passado, tinha sido visto exclusivamente como relacionamentos dentro do judaísmo se abriu, tornou-se abordável também sob um novo ângulo. O ponto principal é que as leis bíblicas eram uma das leis do Oriente Médio.⁴⁶⁵

Uma discussão comparativa da substância das leis é inevitavelmente complexa. Muitos dos tópicos que conhecemos através dos textos do Antigo Oriente Próximo são também relacionados na Bíblia. Esse fato não deve surpreender, nem sugerir necessariamente uma dependência ou conexão: tópicos como ferimentos físicos, ofensas contra a propriedade (roubo), as principais ofensas sexuais (estupro, adultério), podem ser esperados que ocorram praticamente em qualquer lugar, e é natural que várias coleções de leis lidem com eles, independentemente umas das outras.

Por isso, recomenda Yaron:

Uma asserção de conexão deve, em cada caso, ser especificamente justificável, por uma peculiaridade na formulação, ou por peculiaridades de soluções apresentadas.⁴⁶⁶

Na medida em que as descobertas e publicações de leis cuneiformes surgem, mais e mais regras que costumavam ser consideradas como típicas e especificamente bíblicas podem agora ser achadas em fontes bem mais antigas. Em outras palavras, a singularidade das provisões bíblicas diminuiu.⁴⁶⁷

⁴⁶⁵ Ibid., pp. 78-79.

⁴⁶⁶ Ibid., p. 81.

⁴⁶⁷ O melhor exemplo de uma singularidade bíblica é composto pela *lei de talião* que, por várias gerações, foi tida como uma ocorrência bíblica tipicamente judaica. Hoje em dia, a Bíblia é apenas uma das fontes que incluem a retribuição de talião. Um outro exemplo importante de singularidades bíblicas que vão se extinguindo, se refere à individualização da responsabilidade criminal. Dt 24,16 declara que “pais não podem ser executados por causa dos filhos e filhos não podem ser executados por causa dos pais: cada um é responsável e executado pelo seu próprio pecado”. Isto era uma mudança importante das antigas práticas de responsabilidade vicária ou responsabilidade coletiva que se encontram no Antigo Oriente. Mas a idéia de individualização

Por outro lado, pode-se perceber na Bíblia um número considerável de regulamentos que parecem fora da esfera da lei, pública ou privada, com a qual o historiador das leis está acostumado. Muitos textos bíblicos lidam com tópicos de sentido religioso: tais são as provisões relacionadas com festivais, sacrifícios, rituais, leis dietéticas, regulamentos de quarentena etc. Deve-se notar que não existe distinção ou separação de qualquer forma entre as provisões legais e as de fundo religioso. A não-observação de qualquer umas destas leis, como por exemplo, o descanso no sabbath, é tratado como um crime sério, e neste caso punido até com a pena de morte.

Qualquer exercício de comparação entre a Bíblia e as coleções jurídicas do Antigo Oriente Próximo deve levar em consideração essa clara distinção. Na Bíblia, a origem legitimadora da Lei está na revelação divina, ao passo que no Direito cuneiforme está na autoridade de um monarca, ainda que goze de poderes religiosos proeminentes.

Para Reuven Yaron,

era a ausência de um rei, e, simultaneamente, a forte crença numa constante e imediata presença divina onipotente – criadora do céu e da terra, e seu governante, que ao mesmo tempo mantinha uma relação toda especial com suas tribos escolhidas (“seu povo escolhido”) – que pavimentou o caminho até a noção das “leis divinas”. Na ausência de um rei de carne e osso, era Deus a quem eles tinham como rei, que manifestava seus desejos, e suas instruções, através dos rabinos e profetas (principalmente estes últimos). A Bíblia apresenta a primeira idéia de uma teocracia direta. A participação de deuses em questões mundanas é mencionada em outras partes – especialmente em situações de conflitos graves – mas, na Bíblia, temos um regime onipresente de guia divina, que lida até com as minúcias relacionadas a seu povo. É dito que todas as leis são emanadas da mesma fonte super-humana. É interessante notar que o elemento divino é reforçado apenas em termos legislativos e não judiciais. Ainda que algumas transgressões, que estão dentro da esfera religiosa, sejam punidas por Deus, na maioria dos casos, o julgamento é deixado nas mãos dos homens, mesmo já desde tempos bíblicos posteriores ao Êxodo; é possível encontrar já noções completas de hierarquia judicial, com casos distinguidos de acordo com a gravidade e a complexidade de cada um. Mas a lei é, em todos os seus aspectos, vista como divina.⁴⁶⁸

Partindo dessa noção preliminar das possibilidades de relação entre as coleções legais bíblicas e as coleções cuneiformes, mas das muitas advertências necessárias dadas as idiosincrasias bíblicas, sobretudo no que tange ao seu

ocorreu em um antigo texto Hittita. A passagem relevante segue assim: “... Se um filho de um rei comete um crime, ele deverá receber uma pena capital, mas para sua casa e para seus filhos nada de mal deverá ser feito”. Cf. YARON, R., *op.cit.*, pp. 82-83.

⁴⁶⁸ YARON, R., *op.cit.*, pp. 89-90.

caráter religioso, é que se colocou um exercício de interpretação comparativa entre os textos de Lv 18 e 20 e, por outro lado, CH §§ 154-158.

No que diz respeito, ainda, ao papel normativo dos textos legislativos encontrados nas páginas da Bíblia, vale destacar que os mesmos, a exemplo de seus predecessores cuneiformes, foram lidos originalmente como uma fonte descritiva – e não prescritiva – de leis. Mais tarde, a revolução intelectual que produziu juristas e a jurisprudência analítica também levou a uma mudança no seu caráter. Os textos foram “canonizados” pelo fato de ter sido atribuída a eles a categoria de legislação e de autonomia. Eles puderam a partir de então ser tomados como um conjunto de leis compreensivas e prescritivas.

Se pareceu exagerada a tese de C. Carmichael em atribuir papel apenas literário à criação das leis de Lv 18 e Lv 20, é mais aceitável que sua composição tenha obedecido estágios semelhantes aos descritos por R. Westbrook. A coleção de prescrições sobre relações sexuais consideradas ilícitas ganhou contornos de *lex* ao serem assumidas pelo judaísmo pós-exílico, que a *canonizou*.

Novamente, seguindo a linha de pensamento de que a condenação às relações ilícitas e o silêncio sobre as filhas sirvam para deixar entreaberta a possibilidade de relação incestuosa numa situação extrema de falta de opção, é possível levantar a hipótese de que tais leis tenham nascido como consequência de interpretação tardia dos relatos patriarcais analisados por Carmichael, mas não como represália àquelas práticas ou, simplesmente, como exercício de criação literária. O que se pode propor é que da mesma maneira que não houve condenação aos Patriarcas – que mantiveram relações com parentas próximas – Homite a proibição com a filha, pois está seguro que, na ausência de alternativas fora da casa, e respeitando as advertências de Esd 10,11, Ne 13,27 e Dt 7,2-6, a opção que resta ao pai é garantir a descendência com a sua própria filha.⁴⁶⁹

⁴⁶⁹ Parte final do Terceiro Capítulo desse trabalho. Cf. pp. 191ss.